



## ORÇAMENTO

# Governo revisa meta de 2025 para deficit zero

Ao apresentar PLDO, equipe econômica recua do superavit de 0,5% no ano que vem, muda outras estimativas e causa desconfianças

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica do governo federal enviou, ontem, ao Congresso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 com parâmetros otimistas para a economia e para os juros, além de apresentar novas metas fiscais — piorando as previsões para as contas públicas. O alvo para o próximo ano foi reduzido de um superavit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero. No caso de 2026, a meta caiu de 1% para 0,25%.

O PLDO não agradou os especialistas. Isso porque aumentou a preocupação com os riscos de o novo Arcabouço Fiscal ruir com menos de um ano de vigência. Além disso, temem que a promessa do compromisso com o equilíbrio fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fique somente no discurso.

Os detalhes do PLDO foram apresentados por técnicos dos ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda. Mas eles não conseguiram explicar o porquê das mudanças — que pioram os resultados primários nos próximos anos, indo na contramão da consolidação fiscal.

Pelas novas projeções, as contas do governo central (que incluem Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) devem voltar ao azul apenas em 2026, e não mais no ano que vem. A princípio, as receitas estão superestimadas e os parâmetros estão “otimistas” — como uma taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano, recuando para algo em torno de 7% a.a nos próximos anos, quando a menor previsão do mercado aponta para 8,5% de 2025 a 2027.

Neste ano, a meta fiscal prevista no arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso, no ano passado, é de deficit primário zero, mas permite um rombo de até 0,25% do PIB — quase R\$ 29 bilhões. Para 2025, o PLDO prevê essa mesma meta em vez do superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5%, conforme estipulado no Arcabouço Fiscal.

Para garantir o saldo positivo de 1% do PIB, então previsto em 2026, a equipe econômica incluiu um quarto ano na previsão (2028). Trata-se de algo incomum nos PLDOs.

“Algumas premissas dos parâmetros do Orçamento são muito inconsistentes. Acho a inflação de 3%, nos próximos anos, pouco provável e a curva esperada de juros bem otimista: a dívida

pública bruta ainda vai crescer mais dos níveis atuais, de 75% do PIB, e deve superar 80% entre 2024 e 2025”, destacou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

### Dúvidas

O especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, também demonstrou desconfiança nos parâmetros do PLDO de 2025, especialmente sobre o crescimento de 10%. Segundo ele, com a mudança da meta fiscal, o governo só conseguirá voltar a registrar superavit primário a partir de 2032.

“É muito grave o PLDO de 2025. Com o abatimento de 0,32 ponto percentual do PIB de precatórios excedentes ao antigo limite constitucional, o centro da meta (zero) seria cumprida com um deficit primário de 0,32% do PIB”, resumiu Salto.

Além de prever um resultado primário ruim, a equipe econômica não incluiu na conta do PLDO de 2025 um crédito suplementar de R\$ 15,7 bilhões previsto de aumentos de gastos neste ano, aprovados pelo Congresso, apostando em uma arrecadação que ainda não foi concretizada. Ao ser questionado, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que não houve materialização de decisão que permita a inclusão de despesas de R\$ 15 bilhões sobre a abertura de crédito suplementar neste ano porque o assunto ainda precisa ser debatido pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).

A imprecisão contábil deixou os analistas mais receosos. “Tão logo seja incorporada essa despesa, haverá uma revisão dos gastos para este e para os próximos anos, o que exigirá do governo a apresentação de novas estimativas que demonstrem que a meta zero será atingida. A mudança da meta é um choque de realidade, mas também mostra uma disposição para uma política fiscal expansionista”, frisou Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Pelos cálculos que fez, o resultado fiscal de 2025 poderá ser pior do que o deste ano — o oposto do discurso da consolidação fiscal. “Há R\$ 39,9 bilhões em precatórios acima do limite a serem pagos. Se forem considerados esses valores e o limite inferior estabelecido pelo novo Arcabouço Fiscal para as metas de resultado primário, o governo poderá atingir um deficit de quase 0,6% do PIB no próximo ano”, apontou.

### Contas no azul só em 2026

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, governo muda meta fiscal do ano que vem

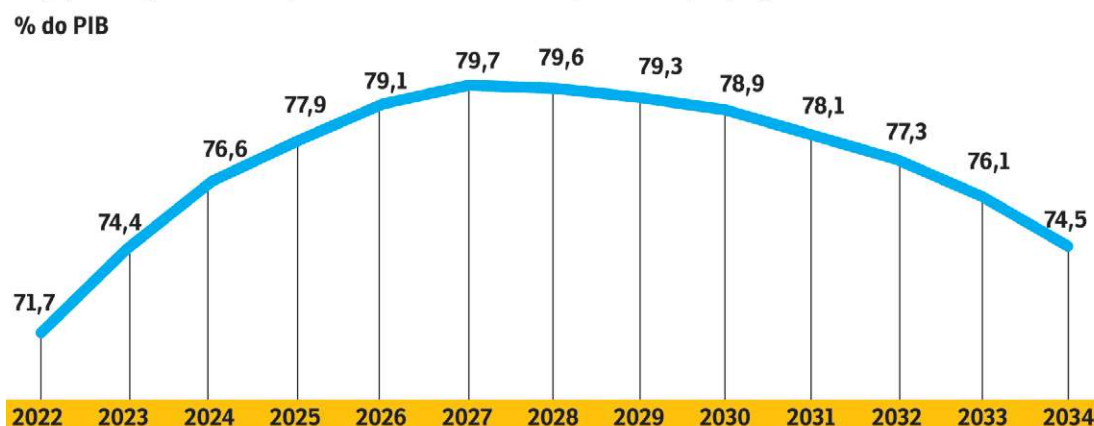


ANO	EM R\$ BILHÕES	EM % DO PIB
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00
2026	31,00	0,25
2027	70,7	0,50
2028	150,7	1,00

Obs.: Está mantido o limite de tolerância de 0,25% do PIB, para cima e para baixo nas metas

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Projeções do governo da trajetória do endividamento do público em proporção ao PIB



### LIMITE DE DESPESAS

Previsão dos tetos para os gastos nos próximos anos — Valores em R\$ bilhões

Descrição	2025	2026	2027	2028
Limite Total	2.222,4	2.350,0	2.481,7	2.608,5
Poder Executivo	2.135,5	2.258,1	2.384,7	2.506,6
Demais Poderes	86,9	91,9	97,0	102,0
Defensoria Pública da União	0,8	0,8	0,8	0,9
Limite Total	2.222,4	2.350,0	2.481,7	2.608,5

### PARÂMETROS ECONÔMICOS DO PLDO DE 2025

Indicador	2024*	2025	2026	2027	2028
PIB real (Em % ao ano)	2,22	2,80	2,58	2,62	2,51
PIB Nominal (Em R\$ trilhões)	11,54	12,39	13,24	14,13	15,07
IPCA (Em % ao ano)	3,50	3,10	3,00	3,00	3,00
INPC (Em % ao ano)	3,25	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor do Salário Mínimo (Em R\$)	1.412	1.502	1.582	1.676	1.772

\*Previsão do 1º boletim bimestral de avaliação de receitas e despesas

Fontes: PLDO/2025, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda e Banco Central

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Equipe econômica apresenta o PLDO. Mudanças foram mal recebidas por analistas e pelo Banco Central

## Campos Neto torce o nariz

» RAFAELA GONÇALVES

Apesar dos esforços do governo para convencer sobre a estabilidade nas contas públicas, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, criticou o recuo do governo em relação à meta fiscal de 2025 — antes de superavit de 0,5% para deficit zero. Segundo ele, se as pessoas perderem a confiança na âncora fiscal, a âncora monetária será afetada.

“Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal, porque a âncora fiscal e a âncora monetária precisam trabalhar juntas”, destacou Campos Neto, em evento nos Estados Unidos.

Em referência à alteração promovida pelo governo, ele afirmou que o BC evita comentar a respeito da política fiscal. Mas frisou que se há perda de credibilidade ou de transparência no fiscal, há aumento de custos da política regida pelo BC.

Em linha com a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), Campos Neto voltou a dizer que o ideal é que as metas não sejam alteradas. “Sempre que há uma mudança no governo que torna a âncora fiscal menos transparente ou menos crível, significa que você tem que pagar com custos mais altos do outro lado”, explicou, ao ponderar que o mercado tinha um número muito pior para o fiscal do que a nova meta realmente adotada.

Na apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, garantiu que as mudanças da meta fiscal não significam o abandono do Arcabouço Fiscal — devido à limitação do crescimento real da despesa ser de 70% do avanço das receitas.

“Não concordo com essa avaliação de que há várias alterações sendo feitas no marco fiscal. Isso não procede. O marco fiscal está intacto”, afirmou. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, e o secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, também asseguraram que o comprometimento com a consolidação fiscal está preservado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha dando sinais de que a meta fiscal passaria por ajustes. Há semanas ele prepara o terreno para uma proposição mais “factível” das contas públicas. “De 2015 para cá, temos um deficit estrutural nas nossas contas primárias. O Brasil está crescendo menos por isso”, disse, em entrevista à *GloboNews*, pouco antes de a equipe econômica apresentar o PLDO.

Ao justificar a alteração, Haddad lembrou de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2017, sobre a chamada “tese do século” — que prejudica as contas do governo federal. Assim, decidiu-se alterar as projeções para 2025. “Vamos rever os gastos tributários para equalizar as contas, de maneira que a despesa caia menos e fazer a arrecadação voltar a um patamar razoável”, explicou. (Com Rosana Hessel)



Vamos rever os gastos tributários para equalizar as contas, de maneira que a despesa caia menos, e fazer a arrecadação voltar a um patamar razoável”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda



Sempre que há uma mudança que torna a âncora fiscal menos crível, significa que você tem que pagar com custos mais altos do outro lado”

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central